

# **ARTICULAÇÃO INTERTERRITORIAL PARA FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO SEMIÁRIDO**

## **CARTA DE APRESENTAÇÃO**

### **O CONTEXTO**

A UNEB vem desde o final da década de 1990 investindo em ações de apoio aos movimentos do campo na Bahia. O Departamento de Educação - Campus VII situado no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru vem provocando um amplo debate sobre a Educação do Campo desde o ano 2012, investindo em ações de ensino, pesquisa e extensão tanto no curso de pedagogia, como através, do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) que previu no seu projeto, a realização de um seminário interterritorial de educação do campo visando ampliar o debate para além do território.

Entendendo o desafio que é a consolidação da Educação do Campo como política pública e, sobretudo, de fazê-la concreta no sistema público, resguardando as bases, princípios e objetivos sob os quais ela nasceu entendeu-se ser fundamental, estender para um coletivo maior, tais preocupações para juntos, fortalecer as bases teóricas e legais que a sustentam.

Tais questões se uniram às preocupações do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA com o processo de fragilização das discussões sobre a educação contextualizada para a convivência com o Semiárido, o que resultou na formatação de um coletivo, inicialmente formado por educadores interessados no tema (IF-Baiano Senhor do Bonfim, IF Sertão-PE, CETEP Juazeiro, UNIVASF Juazeiro), bem como pelas instituições: NEDET/UNEB, IRPAA, NRE - 25, CODETER (Piemonte Norte do Itapicuru e Sertão do São Francisco). O coletivo que inicialmente previa apenas a realização do Seminário, compreendendo a complexidade do atual contexto da

Educação pública que se oferta à classe trabalhadora nos territórios, sobretudo, pelo seu esvaziamento político quanto às lutas históricas dos trabalhadores na perspectiva de sua emancipação.

Na segunda reunião do grupo, decidiu-se que há necessidade de aprofundarmos estas e outras questões e, que o Seminário Interterritorial, deverá ser realizado no final do ano como produto de articulações que devem ser feitas nos três territórios ao longo deste ano.

Na terceira reunião, já com um coletivo institucionalmente ampliado (as presenças institucionais da Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS); Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido (REFAISA) do CETEP, da UNIVASF e NEDET/ Sertão do São Francisco), decidiu-se por organizar uma carta que apresentasse esse coletivo chamado de **ARTICULAÇÃO INTERTERRITORIAL PARA FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO SEMIÁRIDO**, para que seja difundida com outros grupos/instituições, visando agregar o maior número possível de instituições/organizações/movimentos dos três territórios, Piemonte norte do Itapicuru, Sertão do São Francisco Bahia e Pernambuco.

A **Articulação Interterritorial para fortalecimento da Educação do Campo no Semiárido** constitui-se, portanto, de um coletivo de organizações sociais não governamentais e Instituições públicas de Ensino Superior mobilizado a partir de um conjunto de preocupações:

- a) Pouca disseminação da Educação do Campo nos Territórios;
- b) Entendimento limitado por parte das redes de ensino quanto ao debate da Educação do Campo;
- c) Distanciamento dos cursos superiores, sobretudo, das licenciaturas do debate da Educação do Campo;
- d) Evidência de grandes contradições acerca do debate sobre a Educação do Campo nas discussões em andamento em

- movimentos, organizações sociais, colegiados territoriais, sistema público e produções acadêmicas nos territórios;
- e) Ausência de um mapeamento dos pesquisadores e estudiosos da Educação do Campo, em atuação nos territórios;
  - f) Distanciamento entre o debate da educação contextualizada (para a convivência com o Semiárido) da Educação do Campo;
  - g) O distanciamento teórico das produções acadêmicas que discutem a Educação do Campo e educação contextualizada nos territórios, de uma abordagem mais centrada nas teorias críticas;
  - h) A perspectiva de entendimento da educação rural em detrimento da concepção de Educação do Campo;
  - i) A fragilização do debate da educação contextualizada nos territórios;

### **OS OBJETIVOS DA ARTICULAÇÃO SÃO:**

- Colaborar com o fortalecimento da Educação do Campo na Rede pública de ensino;
- Difundir a Educação do Campo nos Territórios;
- Fortalecer o vínculo entre Educação do Campo e a educação para a convivência com o Semiárido;
- Problematizar e pautar a convivência com o Semiárido como projeto político base para o debate da Educação do Campo nos Territórios Semiáridos;
- Pautar a *Educação do Campo* e o *campo* nos projetos de curso das licenciaturas e no ensino técnico;
- Mobilizar, articular e dinamizar o debate da Educação do Campo para convivência com o Semiárido junto às instituições e fóruns existentes;
- Conhecer, fortalecer e difundir as produções (pesquisas, projetos e publicações) sobre a Educação do Campo nos três territórios: Piemonte Norte do Itapicuru, Sertão do São Francisco Bahia e Pernambuco.

- Criar e investir na formação de um núcleo de estudos que envolva pesquisadores e militantes da Educação do Campo nos três Territórios (Piemonte Norte do Itapicuru, Sertão do São Francisco Bahia e Pernambuco);

- Aprofundar e difundir pesquisas na área de Educação do Campo;

## **ALGUNS ENTENDIMENTOS QUE UNEM O GRUPO**

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO** - uma concepção de educação em defesa de outro projeto de desenvolvimento, que entenda o campo como locus da vida em diferentes dimensões e seus sujeitos como sujeitos de direito. “É contra ponto tanto ao silêncio do Estado como também às propostas da chamada educação rural ou educação para o meio rural no Brasil. Um projeto que se enraíza na trajetória da Educação Popular (Paulo Freire) e nas lutas sociais da classe trabalhadora do campo (CONEC, 2004)”.

**O MODELO DO CAMPO** - se contrapõe ao *campo* do agronegócio<sup>1</sup> que se atrela aos interesses do capitalismo, sustentando-se da exploração e expropriação dos trabalhadores e trabalhadoras (TAFFAREL, JÚNIOR E ESCOBAR, 2010). Defende a agricultura agroecológica onde a finalidade da produção é a qualidade de vida. O campo é espaço de vida e no Semiárido há especificidades que precisam ser consideradas e tomadas como base para a proposição das políticas públicas.

Nesse sentido, o processo educativo, escolar e não escolar, se articula como estratégia na formação dos povos do campo para transformação social. A escola do campo se assume como importante

---

<sup>1</sup>Fernandes (2008, p.4) define que o “[...] agronegócio é, portanto, o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico desse conjunto de sistemas que contém inclusive a agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação [...] O conceito de agronegócio é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista”.

espaço de mobilização social, assegurando, sobretudo, o acesso ao conhecimento historicamente acumulado, estendendo-o como condição indispensável para a compreensão do lugar que o campo ocupa no cenário brasileiro e, os desafios que estão postos para a emancipação dos seus povos.

### **OS SUJEITOS A QUEM A EDUCAÇÃO DO CAMPO SE DESTINA -**

são “os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural” (DECRETO PRESIDENCIAL 7.352 de 2010).

### **DENTRE OS DESAFIOS**

- a) Tendo a Educação do Campo como política pública de educação, é preciso, então, avançar o debate junto ao sistema escolar. É dentro das Rede Pública de Ensino *NO* Campo e na Cidade onde, está sendo educada e escolarizada a grande maioria dos filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras do Campo. Estas escolas pouco ou nada conhecem do percurso que mobilizou a conquista da Educação do Campo como política pública, bem como o contexto histórico das lutas travadas no campo do Brasil e da sua relevância no processo de desenvolvimento da Nação.
- b) É preciso superar a dicotomia campo - cidade compreendendo que, a Educação do Campo (como projeto formativo) tem o *Campo* como contexto social, econômico, cultural e ambiental que se distingue do contexto da cidade, porém a ele se complementa, se relaciona de forma dinâmica, complexa e alterativa (para ambos), compondo, portanto, aquilo que se demarca como Município, Estado, País.

- c) Deve-se abandonar a distinção que compreende o campo apenas como o espaço rural cujos critérios oficiais de classificação do que é urbano são, grosso modo, estabelecidos pela presença de elementos de infraestrutura que foram assegurados, até pouco tempo, como direitos apenas da Cidade (zona urbana).
- d) No entanto, há expressivas mudanças ocorrendo no Brasil onde tais direitos têm sido reclamados e conquistados. As políticas públicas começam a alcançar o campo e, direitos básicos, são acessados pela população como, saneamento, calçamento, iluminação, comunicação e às redes de ciência e tecnologia, impactando diretamente na organização da vida, da produção e da cultura tanto no Campo quanto na cidade. Com a chegada de tais bens públicos, as fronteiras que distanciavam negativamente o campo da cidade, vão sendo superadas e, campo-cidade, vão se fundindo como espaços de direito e lócus de vida interdependentes.
- e) O Campo é, portanto, maior do que o rural e também se insere (em muitos casos) como espaço urbano (do ponto de vista do acesso aos elementos básicos da urbanização, assim definido pelo IBGE).
- f) A cidade e o campo se caracterizam por dinâmicas de vida bastante distintas, sobretudo por dois fatores - os meios de produção econômica e a cultura (modos de manifestação da vida) em ambos. No entanto, as cidades também têm suas distinções e o grau de urbanização também se diversifica e diferencia sua dinâmica. Registre-se que em grande parte delas, as características rurais (nos aspectos da cultura, produção e geografia) se sobressaem. Ainda assim, o que vale considerar é que, o espaço territorial município/estado, se constitui da interdependência de ambos (campo-cidade) que se complementam na sua diversidade.
- g) Na Educação do Campo, tratamos o *campo* (como lócus de produção da vida) e seus sujeitos, a partir de suas identidades (demarcadas pelos modos de produção econômica e cultural) que desenham um jeito próprio de viver.

h) A Escola do Campo é, portanto, aquela que tem estas **identidades como lastro formativo** para forjar um novo projeto social onde os sujeitos do campo se afirmem como sujeitos de direitos e o campo como lugar de vida digna, indispensável, portanto, para o desenvolvimento territorial integrado.

### **O QUE PRECISA SER APROFUNDADO E DIFUNDIDO**

- ✓ A Educação do Campo defende a agricultura camponesa que pressupõe “um grande número de pessoas envolvidas na produção, um campo com estrutura para que todos vivam dignamente (saúde, educação, saneamento, cultura) e, também, em que sejam preservadas suas características no que diz respeito à biodiversidade” (ALBUQUERQUE E CASA GRANDE, 2010, p.3). Isso tudo sem abrir mão do acesso a novos conhecimentos que qualifiquem a vida e a produção. Desse modo, o conhecimento é compreendido enquanto um bem socialmente desenvolvido e historicamente acumulado e, portanto, condição para que os trabalhadores alterem as relações de produção (ALBUQUERQUE E CASAGRANDE, 2010).
- ✓ Defende que é preciso superar o trabalho pedagógico alienado e fragmentado para a construção de um conhecimento integrado numa perspectiva de totalidade. Para isso, o trabalho pedagógico na escola do campo requer clareza teórica sólida desdobrando-se em ações objetivas e concretas de intervenção na realidade para alterá-la.
- ✓ A educação escolar não ocorre isolada dos processos sociais. A Educação do Campo se ocupa dos processos sociais para além da Escola. No entanto, entende que para consolidar uma sólida formação humana é preciso que, a Escola no que tange seu papel, garanta aos seus sujeitos, o acesso ao conhecimento historicamente acumulado de forma crítica, atual e contextualizada e isso inclui discutir em todas as escolas da Rede, o campo e suas relações, suas lutas e o

lugar histórico que o mesmo tem ocupado dentro do projeto de desenvolvimento do país.

- ✓ Nas Escolas do Campo, o Projeto Político-pedagógico é orientado por uma teoria educacional articulando a práxis escolar aos fluxos sociais, culturais e econômicos presentes na comunidade e para além dela.
- ✓ Para se consolidar o projeto de Campo e de nação defendidos pela Educação do Campo, é preciso que a Escola invista qualitativamente na produção do conhecimento. Um conhecimento sustentado por uma teoria pedagógica sólida e em consonância com a classe trabalhadora e suas lutas.
- ✓ A Educação do Campo reconhece que à classe trabalhadora, sobretudo do campo, o conhecimento chegou de forma precária. Precária no que diz respeito ao acesso (oferta da escola), aos conteúdos formativos (currículo) bem como, aos processos de ensino e aprendizagem. Como o conhecimento histórico é fundante nos processos de transformação social, pouco tem alcançado a classe trabalhadora, em especial aos povos do campo, onde as desigualdades sociais encontraram lastro para sua manutenção. Aliados do direito ao conhecimento, inclusive do direito básico de ler e escrever, os povos do campo e toda a classe trabalhadora se fragilizam nas condições de interpretação, compreensão e, sobretudo, de enfrentamento do modelo social e econômico vigente que sustenta a grande divisão de classes.
- ✓ A escola do Campo tem como protagonistas “os próprios camponeses e trabalhadores do campo, suas lutas e organização e suas experiências educativas. Ela se contrapõe à educação como mercadoria e afirma a educação como formação humana” (FÉLIX, 2010, p.3).
- ✓ É preciso garantir aos homens e mulheres do campo a plenitude da cidadania, através do acesso ao conhecimento concebido historicamente pela humanidade, negando o solipsismo elevando o particular ao universal, como parte do mesmo.



- ✓ Romper com a ideia *estricto sensu* de conhecimento concebido a partir do processo de estruturação do capitalismo na vertente de competências e habilidades, redefinido conteúdos com base para desenvolver determinadas atividades, consolidando um *fetice* pedagógico, onde os sujeitos deixam de ser propulsores da ação para se transformarem em objeto da ação, em uma forma de retificação desses indivíduos.

A articulação se reúne periodicamente para construção de agendas de mobilização e para planejamento do Seminário Interterritorial de Educação do Campo Propostas para o **I Seminário Interterritorial de Educação do Campo no Semiárido** previsto para acontecer no período de 17 a 19 de novembro no Centro de Cultura João Gilberto em Juazeiro, trazendo o tema - **Terra, Trabalho e Educação**.

#### **Fazem parte dessa articulação**

1. Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Juazeiro e Senhor do Bonfim);
2. Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET UNEB Campus VII e NEDET /UNIVASF;
3. Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF (Juazeiro, Petrolina e Senhor do Bonfim);
4. IF-BAIANO – Senhor do Bonfim;
5. Núcleo Regional de Educação – NRE- 25;
6. Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão do São Francisco-Bahia;
7. Câmara de Educação do Colegiado Territorial Sertão do São Francisco –BA;

8. Fórum Territorial de Educação do Piemonte Norte do Itapicuru - CODETER/TIPNI;
9. Colegiado Territorial do Sertão do São Francisco -Bahia;
10. Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA;
11. Rede de Educação do Semiárido Brasileiro - RESAB;
12. IF-Sertão Pernambuco;
13. Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido (REFAISA);
14. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Regional de Pernambuco;
15. Núcleo Discente do Curso de Especialização em Educação do Campo - UNEB, campus Senhor do Bonfim.